

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.493.616 - SP (2019/0118546-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE** : **MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR** : **SERGIO EDUARDO TOMAZ E OUTRO(S) - SP352504**  
**AGRAVADO** : **FORTRESS NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA**  
**ADVOGADOS** : **ANGELICA PIM AUGUSTO - SP338362**  
: **FILIPPE MARTIENA TEIXEIRA E OUTRO(S) - SP356925**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo do MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – SP, em que objetiva admissão de recurso especial interposto contra acórdão do TJ/SP assim ementado:

Apelação. Ação de repetição de indébito tributário. Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis. Exercício de 2015. Pedido acolhido. Incidência de correção monetária desde o desembolso das quantias. Juros moratórios, de um por cento ao mês, devidos a partir do trânsito em julgado dessa decisão. Precedente do Supremo Tribunal Federal. Sentença mantida. Recurso denegado.

No especial, a parte alega, em síntese:

a) violação dos arts. 38 e 148 do CTN, arguindo a possibilidade de fixação pelo município de base de cálculo do ITBI segundo os parâmetros estabelecidos pelo CTN e não vinculado à base de cálculo de qualquer outro tributo;

b) violação do art. 97, II, §1º, do CTN, aduzindo haver base de calculo própria fixada para o ITBI por lei municipal (Leis 11.154/1991, 14.125/2005 e 14.256/2006), em respeito a regra da legalidade tributária, não podendo o Tribunal desconsiderá-la.

Recurso inadmitido na origem por aplicação da Súmula 7 do STJ.

Contraminuta foi apresentada pela parte agravada.

Passo a decidir.

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC (Enunciado 3 do Plenário do STJ).

Considerado isso, importa mencionar que o recurso especial se origina de ação de repetição de indébito em que se pleiteia a devolução dos valores pagos a maior a título de ITBI calculado sobre o valor venal de referência calculado segundo os critérios da lei municipal e superior ao valor efetivamente negociado.

No primeiro grau, a ação foi julgada procedente para que pudesse ser considerado como base de cálculo para o ITBI o valor venal constante no IPTU relativo ao imóvel ou o valor da transação, o que for maior, determinando-se que o município restitua à autora os valores indevidamente exigidos.

O Tribunal *a quo* negou provimento à apelação do município em acórdão que discutia, exclusivamente, a forma de aplicação do juros e correção monetária dos valores a serem restituídos. Vejamos, no que interessa, o que está consignado no voto condutor do acórdão recorrido (e-STJ fl. 119 e seguintes):

Os valores a serem restituídos são apenas os que, recolhidos aos cofres públicos a partir de 29 de fevereiro de 2016, tenham os respectivos pagamentos comprovados por ocasião da liquidação deste acórdão (artigos 165, I, e 168, I, do Código Tributário Nacional), conforme já decidido a folhas 89 a 94.

Os juros moratórios, de 1% (um por cento) ao mês, incidirão do trânsito em julgado desta decisão, nos termos dos artigos 161, § 1º, e 167, “caput” e parágrafo único, do Código Tributário Nacional, bem como da Súmula 188 do Superior Tribunal de Justiça.

A correção monetária será computada a partir de cada desembolso, consoante orientação predominante dos tribunais pátrios; utilizar-se-á como índice o mesmo adotado pelo Fisco na cobrança de tributos cujo pagamento esteja atrasado, em atenção ao princípio da isonomia.

Veja-se, a respeito do tema, decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, tema 810 da repercussão geral:

[...]

Em epítome: diante do quadro aduzido, inexorável é desacolher a pretensão recursal.

Posto isso, nega-se provimento ao apelo.

Outrossim, com esteio no artigo 85, §§ 4º, II e 11, do Código de Processo Civil, a definição do percentual dos honorários será fixada na fase de liquidação da sentença.

Pois bem.

A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial impede seu conhecimento, nos termos da Súmula 282 do STF.

Com efeito, o tribunal não apreciou a questão relativa à base de cálculo do ITBI fixada pelo município, apreciando apenas as questões relativa à incidência de juros e correção monetária aplicada ao valor a ser repetido.

Ademais, o recurso especial não ataca o acórdão recorrido, não impugnando o que foi decidido pelo Tribunal *a quo* no julgamento da apelação, atraindo a incidência das Súmulas 283 e 284 por deficiência da fundamentação.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, “a”, do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Outrossim, por força do art. 85, § 11, do CPC/2015, sobre os honorários a serem fixados em sede de liquidação pela atuação nos 1º e 2º graus de

# *Superior Tribunal de Justiça*

jurisdição, determino sejam acrescidos do percentual de 10% a título de honorários recursais devidos em razão do julgamento deste recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator